

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E  
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA OURO  
VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**

celebrada em 18 de agosto de 2010

por

**OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.,**  
como *Emissora*;

**PLANNER TRUSTEE**  
**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,**  
como *Agente Fiduciário*;

**CELSO ANTONIO FRARE,**  
como *Garantidor*;

e

**LIA NARA QUEIROZ FRARE**  
como *Cônjuge Anuente*.

JUR\_SP 9997428v24 250.286044



*[Handwritten signatures and initials]*

## ÍNDICE

CLÁUSULA I	AUTORIZAÇÃO .....	5
CLÁUSULA II	REQUISITOS .....	5
2.1.	DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS .....	5
2.2.	ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS .....	5
2.3.	INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO .....	6
2.4.	REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO .....	6
2.5.	DOS LIMITES DA EMISSÃO .....	7
2.6.	Objeto Social da Emissora .....	7
CLÁUSULA III	CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO .....	8
3.1.	SÉRIES .....	8
3.2.	VALOR TOTAL DA EMISSÃO .....	8
3.3.	QUANTIDADE DE DEBÊNTURES .....	8
3.4.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS .....	8
3.5.	NÚMERO DA EMISSÃO .....	8
3.6.	BANCO MANDATÁRIO, INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA E AGENTE ESCRITURADOR.....	9
CLÁUSULA IV	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	9
4.1.	COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO .....	9
4.2.	DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES .....	10
4.3.	VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES .....	10
4.4.	FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES .....	11
4.5.	ESPÉCIE .....	11
4.6.	PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO .....	16
4.7.	PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO .....	16
4.8.	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO .....	16
4.9.	REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES .....	17
4.10.	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO .....	20
4.11.	VENCIMENTO ANTECIPADO.....	21
4.12.	PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO.....	27
4.13.	RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA .....	28
4.14.	MULTA E JUROS MORATÓRIOS.....	28
4.15.	DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS .....	29
4.16.	LOCAL DE PAGAMENTO.....	29
4.17.	PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS .....	29



Handwritten signatures and initials, including a large 'N' and '2-2'.

4.18.	PUBLICIDADE.....	29
4.19.	REPACTUAÇÃO PROGRAMADA .....	30
4.20.	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA .....	30
4.21.	RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.....	30
CLÁUSULA V	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....	31
CLÁUSULA VI	AGENTE FIDUCIÁRIO .....	35
CLÁUSULA VII	ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	44
CLÁUSULA VIII	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR.....	46
CLÁUSULA IX	NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES.....	47
CLÁUSULA X	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	50
CLÁUSULA XI	FORO .....	52

*[Handwritten signatures and initials]*



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E  
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA OURO  
VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**

Pela presente “*Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Ouro Verde Transporte e Locação S.A.*” (respectivamente, a “**Escritura**”, a “**Emissão**” ou a “**Oferta**” e as “**Debêntures**”),

na qualidade de emissora,

- (i) **OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“**CNPJ**”) sob o nº 75.609.123/0001-23, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (a “**Emissora**” ou a “**Companhia**”);

na qualidade de agente fiduciário,

- (ii) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av: Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato devidamente representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente (o “**Agente Fiduciário**”), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora (os “**Debenturistas**”) (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como “**Partes**” e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma “**Parte**”);

na qualidade de intervenientes anuentes à Emissão,

- (iii) **CELSO ANTONIO FRARE**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 514.936-3 SSP/PR, inscrito no Cadastro de



-4-

Pessoas Físicas (“CPF”) sob o nº 027.396.159-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, na qualidade de garantidor fidejussório da Emissão (o “**Garantidor**”); e, ainda,

exclusivamente para os fins do disposto no Artigo 1.647, III, do Código Civil (conforme definido abaixo).

(iv) **LIA NARA QUEIROZ FRARE**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 877.899 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 872.511.679-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000 (“**Cônjuge Anuente**”),

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

#### CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de julho de 2010 (a “**AGE da Emissora**”), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “**Lei das S.A.**”).

#### CLÁUSULA II REQUISITOS

##### 2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (a “**CVM**”), nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM nº 476, de 16



Handwritten signatures and initials, including a large 'N' and '5'.

de janeiro de 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (respectivamente, a “**ICVM 476/09**” e a “**Oferta Restrita**”).

## 2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“**JUCEPAR**”), sob o nº 20106639323 , em sessão de 29 de julho de 2010, e publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 10 de agosto de 2010 e no Jornal Valor Econômico, em 5 de agosto de 2010.

## 2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (os “**Aditamentos**”) serão registrados na JUCEPAR, nos termos do Artigo 62, Inciso II, da Lei das S.A.

2.3.2. Adicionalmente, para todos os fins e efeitos legais, no que se refere à garantia fidejussória criada nos termos da Cláusula 4.5 abaixo, esta Escritura e eventuais Aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Curitiba e São Paulo.

## 2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “**SDT**”), e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “**SND**”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “**CETIP**”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures estarão sujeitas aos controles de compensação e liquidação da CETIP.



*[Handwritten signatures and initials]*

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“**ICVM 409/04**”), e da ICVM 476/09 (os “**Investidores Qualificados**”), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição e/ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme o caso, de acordo com o Artigo 13 da ICVM 476/09.

## 2.5. DOS LIMITES DA EMISSÃO

2.5.1. A presente Emissão atende aos limites previstos no caput do Artigo 60 da Lei das S.A., tendo em vista que o capital social da Emissora na Data de Emissão (conforme definido abaixo) é de R\$87.163.450,00 (oitenta e sete milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), ao passo que o valor total da Emissão será de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

## 2.6. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA:

2.6.1. A Emissora tem por objeto social a exploração das seguintes atividades: (i) serviços de transporte rodoviário de cargas municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais, inclusive de produtos perigosos; (ii) serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM; (iii) atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados nas alíneas anteriores, tais como planejamento logística, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e, armazéns gerais; (iv) locação de veículos e equipamentos; (v) serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; (vi) prestação de serviços e execução de obras de engenharia civil, inclusive as relacionadas a limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis; o transporte e armazenagem de saneantes domissanitários; (vii) prestação de serviços



Handwritten signature and initials, including the number '7' and the word 'un'.

auxiliares de transporte aéreo com finalidade exclusiva de acordo com a legislação vigente para o sistema de aviação civil; (viii) reciclagem de vidros; (ix) prestação de serviços de colheita de cana; (x) prestação de serviços de carga e descarga, com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante; e (xi) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

### **CLÁUSULA III** **CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO**

3.1. **SÉRIES**

3.1.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. **VALOR TOTAL DA EMISSÃO**

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (o “**Valor Total**” da Emissão).

3.3. **QUANTIDADE DE DEBÊNTURES**

3.3.1. Serão emitidas 75 (setenta e cinco) Debêntures.

3.4. **DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para o alongamento da estrutura de capital de giro da Emissora.

3.5. **NÚMERO DA EMISSÃO**

3.5.1. A presente Escritura representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.



Handwritten signatures and the number - 8 -.



### 3.6. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.6.1. O banco mandatário da Emissão e agente escriturador das Debêntures é o **Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 (o “**Banco Escriturador**” e/ou “**Banco Mandatário**”).

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita e destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador (conforme definido abaixo), nos termos desta Cláusula IV.

4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação da **HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar, CEP: 01451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 58.229.246/0001-10 (o “**HSBC**”, “**Coordenador**” ou “**Coordenador Líder**”, conforme o caso), ressalvada a possibilidade de outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários aderirem à Oferta Restrita na condição de coordenadores (cada qual um “**Coordenador**” ou, conjuntamente, os “**Coordenadores**”, conforme o caso).

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1 acima, no âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador; e (ii) as



Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador (ou Coordenador Líder, conforme o caso) e/ou pelos demais Coordenadores, conforme o caso, aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.7. O Coordenador será responsável pela subscrição e integralização da totalidade das Debêntures que não forem subscritas e/ou integralizadas no âmbito da Oferta no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de registro das Debêntures no SDT.

#### 4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data da primeira subscrição e integralização de Debêntures (a "**Data de Emissão**").

#### 4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES



Handwritten signatures and initials.

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (o “**Valor Nominal Unitário**”).

4.3.2. Adicionalmente ao disposto no item 4.3.1 acima, cada Debenturista – quer seja pessoa natural ou jurídica, de acordo com inciso IV do Artigo 109 da ICVM 409/04 – deverá subscrever e/ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), consoante o disposto no Artigo 4º, Inciso II, da ICVM 476/09.

#### 4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Escriturador das Debêntures. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome dos titulares das Debêntures – que servirá de comprovante de titularidade – com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente pela CETIP.

#### 4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável:

- (i) de 1 (um) Certificado de Depósito Bancário – CDB de emissão do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, de titularidade da Companhia em quantia, a qualquer tempo, desde o 1º (primeiro) dia útil subsequente à Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures ou a data de vencimento antecipado das Debêntures, não inferior a



*[Handwritten signatures and initials]*

R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo); e

- (ii) de determinados direitos creditórios de titularidade da Companhia, relativos à C/C 014673-0, AG 0054, mantida pela Companhia junto ao **HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo** (na qualidade de instituição depositária (a “**Instituição Depositária**” e a “**Conta Vinculada**”, respectivamente)), pela qual transitarão recursos a que a Companhia fizer jus: (a) a título de remuneração por serviços de transporte de carga prestados a determinados clientes; (b) provenientes de contratos de locação de equipamentos; e, ainda, (c) provenientes do *Convênio para Prestação de Serviços de Cobrança Registrada e Cobrança Não Registrada com código cedente 0054-41368-29*, firmado entre o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e a Companhia em 02 de setembro de 2003 (o “**Contrato de Cobrança**”), nos termos dos Documentos das Garantias.

Adicionalmente, os Documentos das Garantias e, em especial, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.5.2 abaixo) estabelecerão:

- (a) o valor mínimo dos recursos que deverão transitar pela Conta Vinculada a cada mês durante o Prazo de Vigência das Debêntures da seguinte forma:
- (1) a soma do valor de 2 (duas) parcelas de pagamento da Remuneração das Debêntures, relativo à totalidade das Debêntures então em circulação durante o Período de Carência (conforme definido abaixo); e
  - (2) a soma do valor de 2 (duas) parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário das Debêntures e de 2 (duas) parcelas de pagamento da Remuneração das Debêntures, relativo à totalidade das Debêntures então em



*[Handwritten signatures and initials]*

circulação a partir do término do Período de Carência (o valor correspondente ao descrito no item (1) ou neste item (2), conforme aplicável, será o valor do “**Crédito Mínimo à Conta Vinculada**”);

(b) que o Crédito Mínimo à Conta Vinculada deverá obedecer à seguinte alocação com relação aos Direitos Creditórios:

- (1) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor do Crédito Mínimo à Conta Vinculada deverá, a cada mês, ser representado por recursos provenientes de Direitos Creditórios relacionados no item 4.5.1.1. (ii) (a) ou (b) acima (*i.e.*, recursos a que a Companhia fizer jus a título de remuneração por serviços transporte de carga prestados a determinados clientes e provenientes de contratos de locação de equipamentos); e
- (2) o montante remanescente do valor do Crédito Mínimo à Conta Vinculada deverá, a cada mês, ser representado por recursos provenientes de Direitos Creditórios relacionados no item 4.5.1.1. (ii) (c) acima (*i.e.*, recursos a que a Companhia fizer jus e provenientes do Contrato de Cobrança).

4.5.1.1.1. As garantias referidas no item 4.5.1.1. acima foram devidamente aprovadas pela Companhia consoante as deliberações tomadas na AGE da Emissora.

4.5.1.2. A garantia fidejussória (fiança) é representada por fiança, concedida pelo Garantidor com a expressa anuência do Cônjuge Anuente que assina a presente escritura exclusivamente para tal finalidade, nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições dos itens abaixo.



*[Handwritten signatures and initials]*

4.5.1.3. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, o Garantidor presta individualmente fiança em favor dos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiador e principal pagador pelo pagamento de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da presente Escritura, nos termos descritos a seguir:

- (i) o Garantidor declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiador e principal pagador do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário (o “**Valor Garantido**”);
- (ii) o Valor Garantido será pago pelo Garantidor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Garantidor nesse sentido, mediante a qual será informada a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação os montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de Valor Nominal Unitário, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza. Em tal caso, os pagamentos deverão ser realizados pelo Garantidor de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP;
- (iii) o Garantidor expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Artigos 366, 827, 830 e 834 *et seq.*, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “**Código Civil**”) e o Artigo 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “**Código de Processo Civil**”);



*[Handwritten signatures and initials]*

- (iv) mediante a excussão da fiança objeto deste item 4.5.1.3 o Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas;
- (v) a fiança de que trata este item 4.5.1.3 entrará em vigor na Data de Emissão, vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou pelo Garantidor nos termos deste item 4.5.1.3;
- (vi) o Garantidor desde já reconhece como prazo determinado, para fins do Artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD (conforme definido abaixo);
- (vii) a fiança de que trata este item 4.5.1.3 foi devidamente consentida de boa fé pelo Garantidor, nos termos das disposições legais aplicáveis; e
- (viii) a fiança de que trata este item 4.5.1.3 poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.5.2. As garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia e pelo Garantidor, com a anuência do Cônjuge Anuente, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos do *Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças* (o “**Contrato de Cessão Fiduciária**”), da presente Escritura e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das garantias, a serem firmados entre a Companhia, o Garantidor, o Cônjuge Anuente, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os “**Documentos das Garantias**”).

*[Handwritten signatures]*



#### 4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.9 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização (o “**Preço de Subscrição**”).

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

#### 4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão (o “**Prazo de Vigência**” e a “**Data de Vencimento**”, respectivamente).

#### 4.8. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado após o decurso de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão – inclusive o 12º (décimo segundo mês) – (o “**Período de Carência**”), mediante o pagamento de 37 (trinta e sete) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que: (1) cada uma das 36 (trinta e seis) parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture será correspondente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário; e (2) a 37ª (trigésima sétima) e última parcela de pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture será correspondente a 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário e será paga na Data de Vencimento, a serem pagas a cada mês, observado o Período de Carência, até a Data de Vencimento, conforme a tabela abaixo:

#	DATA DE PAGAMENTO (MESES CONTADOS DESDE A DATA DE EMISSÃO)	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1	12º mês	2,7000%
2	13º mês	2,7000%
3	14º mês	2,7000%
4	15º mês	2,7000%
5	16º mês	2,7000%



Handwritten signatures and initials, including a large '28' and 'un'.



6	17º mês	2,7000%
7	18º mês	2,7000%
8	19º mês	2,7000%
9	20º mês	2,7000%
10	21º mês	2,7000%
11	22º mês	2,7000%
12	23º mês	2,7000%
13	24º mês	2,7000%
14	25º mês	2,7000%
15	26º mês	2,7000%
16	27º mês	2,7000%
17	28º mês	2,7000%
18	29º mês	2,7000%
19	30º mês	2,7000%
20	31º mês	2,7000%
21	32º mês	2,7000%
22	33º mês	2,7000%
23	34º mês	2,7000%
24	35º mês	2,7000%
25	36º mês	2,7000%
26	37º mês	2,7000%
27	38º mês	2,7000%
28	39º mês	2,7000%
29	40º mês	2,7000%
30	41º mês	2,7000%
31	42º mês	2,7000%
32	43º mês	2,7000%
33	44º mês	2,7000%
34	45º mês	2,7000%
35	46º mês	2,7000%
36	47º mês	2,7000%
37	48º mês	2,8000%
<b>Total</b>		<b>100%</b>

#### 4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. A partir da Data de Emissão, cada Debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “**Taxa DI**”), capitalizada de uma sobretaxa de 3,5% a.a. (três inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data



-17-

de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a seguinte fórmula (a “**Remuneração**”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“**J**” corresponde ao valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), acrescido da sobretaxa, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamentos;

“**VNe**” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“**FatorJuros**” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“**FatorDI**” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)] , \text{ onde:}$$

“**n<sub>DI</sub>**” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo “**n<sub>DI</sub>**” um número inteiro;

“**TDI<sub>k</sub>**” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

*[Handwritten signature]*  
ef.



uas) casas  
alidade da

## Qualidade da

9 (nove)

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

ao ano,  
o com 4

o caso do

uneração  
e a data

- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data da Emissão – ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso –, até a data do seu efetivo pagamento.

4.9.3. Define-se “**Período de Capitalização**” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.5. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado.

#### 4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração será feito mensalmente, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.

4.10.1.1. Fará jus à Remuneração o titular de cada Debênture: (i) que assim conste nos registros do Banco Escriturador; e/ou (ii) com custódia na CETIP, ficando ressalvado que em todos os casos terá direito ao recebimento o titular de Debêntures que ao final do dia útil imediatamente anterior à data de cada pagamento for titular das Debêntures, nos termos desta Cláusula 4.10.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.



*[Handwritten signature]*

4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (o “**Período de Ausência da Taxa DI**”), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas (a “**AGD**”), nos termos do Artigo 124 da Lei das S.A., para definir, de comum acordo com a Emissora – observada a regulamentação aplicável – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures. A AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.10.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures então em circulação, com o respectivo e conseqüente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado a partir da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

4.10.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, ficando estabelecido que a CETIP será comunicada de cada tal resgate com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência, e será efetuado por meio do Banco Escriurador para o Debenturista cuja(s) Debênture(s) não esteja(m) depositada(s) em custódia eletrônica no SND.

#### 4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

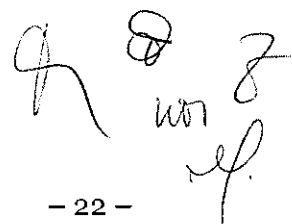
4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada Debênture em circulação, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de



*[Handwritten signatures and initials]*

aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;
- (iii) (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de falência pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
- (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, as “**Afiliadas**”) acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 15 (quinze) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido (*cross-default*);
- (v) protesto legítimo de títulos contra a Companhia ou contra qualquer uma de suas Afiliadas com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data em que a Companhia tomar ciência da ocorrência de referido protesto;





- (vi) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Companhia ou contra qualquer de suas Afiliadas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;
- (vii) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (viii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no Artigo 116 da Lei das S.A.;
- (ix) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão, incorporação que comprovadamente afete de forma substancial e negativa a situação econômico-financeira da Companhia, exceto se realizada com Afiliadas da Emissora;
- (x) alteração do objeto social previsto no Estatuto Social da Companhia que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;
- (xi) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia esteja em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;
- (xii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas;



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the word 'ACORDO' written vertically.

(xiii) não manutenção, pela Companhia, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos a auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;

(xiv) não observância pela Companhia, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros (os "**Covenants Financeiros**"), calculados com base nas informações financeiras auditadas da Companhia ao final de cada exercício social, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

- (a) DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/EBITDA AJUSTADO deverá ser menor ou igual a: (1) 3,0 (três inteiros) em 2010; (2) 2,9 (dois inteiros e nove décimos) em 2011; e (3) 2,8 (dois inteiros e oito décimos) em 2012, 2013 e 2014;
- (b) EBITDA AJUSTADO/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS deverá ser maior ou igual a: (1) 3,2 (três inteiros e dois décimos) em 2010; (2) 3,3 (três inteiros e três décimos) em 2011; e (3) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) em 2012, 2013 e 2014; e
- (c) DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/ATIVO IMOBILIZADO deverá ser menor ou igual a: (1) 1,1 (um inteiro e um décimo) em 2010; e (2) 1,0 (um inteiro) em 2011, 2012, 2013 e 2014;

considerando, para a verificação dos *Covenants Financeiros* que:

- (1) "**EBITDA AJUSTADO**" significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social e da reversão dos juros sobre o capital próprio, do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO, da equivalência patrimonial e das despesas de depreciação e amortização, e de outras receitas (despesas) líquidas incluindo o resultado obtido com a



*[Handwritten signatures and initials]*



venda da frota (receita com a venda, menos o valor contábil do bem depreciado);

- (2) “**DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA**” significa, com relação à Companhia e em relação a qualquer período, sem duplicidade, **(2.1)** a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Companhia no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; (2.1.2) todas as garantias diretas ou indiretas da Companhia com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Companhia para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta da Companhia relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item (2.1.2.); (2.1.3) todas as obrigações da Companhia representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.1.4) todas as obrigações da Companhia, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; (2.1.5) todos os endividamentos da Companhia garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente à Companhia, independentemente de a Companhia de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável, **(2.2)** deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras disponíveis da Companhia;

*[Handwritten signature]*  
- 25 - *[Handwritten mark]*



- (3) “**DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**” significa as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (incluídas as variações cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial), deduzidas das receitas financeiras (incluídas as variações cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial), calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, em bases consolidadas;;
- (4) “**ATIVO IMOBILIZADO**” significa as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da atividade da empresa (é composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros); e
- (5) “**RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**” significa a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos os juros sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo;e

(xv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (ix), (x), (xii), (xiii), (xiv), e (xv) da Cláusula 4.14.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que os titulares das Debêntures se reúnam em AGD com a finalidade de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures (a “**Deliberação**”), nos termos da Cláusula VII abaixo.

4.11.2.1. Na AGD mencionada na Cláusula 4.11.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula VII desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, mediante deliberação de titulares de Debêntures representando, no



*[Handwritten signatures and initials]*

mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures então em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.11.2.2. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.11.2 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.11.2.1. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Observada a Cláusula 6.6.1 abaixo, a ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (xi) da Cláusula 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

4.11.4. Para fins do item (iii) da Cláusula 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

4.11.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da presente Cláusula 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (i) à Emissora, com cópia para CETIP, ficando estabelecido que a CETIP será comunicada de qualquer evento de vencimento antecipado com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência para a realização de qualquer pagamento ensejado por cada tal evento de vencimento antecipado; e (ii) ao Banco Mandatário.

#### 4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada



*[Handwritten signatures and initials]*

*pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da última Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14.1 abaixo e ficando ressalvada a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis para a comunicação à CETIP a respeito de qualquer evento de vencimento antecipado e a efetiva realização de qualquer pagamento, nos termos deste item 4.12.1.

#### 4.13. RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.13.1. A Emissão não compreenderá o resgate antecipado de Debêntures.

4.13.2. Sem prejuízo das disposições do item 4.13.1 acima, a Companhia poderá, a qualquer tempo durante o prazo de vigência das Debêntures, adquirir Debêntures – observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 55 Lei das S.A. a esse respeito –, podendo manter tais Debêntures em tesouraria ou negociar a respectiva alienação em mercado secundário.

#### 4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



*Handwritten signatures and initials.*

#### 4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

#### 4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Escriurador, no mesmo dia do respectivo vencimento.

#### 4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Valor Econômico, edição nacional, utilizados pela Emissora para



Handwritten signatures and initials.

efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1 Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Escriurador, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.7 acima, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Banco Escriurador, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título.

Q 7  
Wn  
ep



**CLÁUSULA V**  
**OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

5.1. A Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;
  - (b) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
  - (c) avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, bem como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados; e
  - (d) informações sobre qualquer descumprimento de qualquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item (iii) abaixo;

g D Z  
W  
- 31 - J.



- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentes, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora, conforme aplicáveis, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
- (iv) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (vi) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Escriturador e o Agente Fiduciário;
- (vii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das S.A. e os princípios prescritos pela CVM (as “**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**”);
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;

*[Handwritten signatures and initials]*  
- 32 -  
*[Handwritten signature]*





- (ix) conduzir todas as operações com Afiliadas e/ou partes relacionadas em valores de mercado e bases equitativas; e
- (x) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.4.1 desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;
- (b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido pago na forma



Handwritten signatures and initials.

das Cláusulas 5.2 e item 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata a Cláusula 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão de Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se, nos termos da ICVM 476/09, a:

- (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;



*[Handwritten signatures and initials]*

- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados a partir do encerramento de cada exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a “**ICVM 358/02**”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. Adicionalmente, nos termos do Artigo 9 da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

## CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer





Handwritten signatures and initials, including a large 'Z' and 'W'.

tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
- (ii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, Parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“**ICVM 28/83**”) para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da ICVM 28/83;
- (vii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;
- (viii) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

  
- 36 - 



- (ix) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) verificou, com base nas informações contidas na Cláusula 2.5 acima, os limites de emissão previstos no Artigo 60 da Lei das S.A.;
- (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- (xii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura correspondente a uma remuneração trimestral de R\$ 5.625,00 (cinco mil, seicentos e vinte e cinco reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 3º (terceiro) dia útil após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos trimestres subsequentes.

6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

6.4.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.



6.4.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.4 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM/FGV - Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

6.4.4. As parcelas de remuneração citadas na cláusula 6.4 acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
- (iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCEPAR e/ou nos competentes Cartórios de



Q 8  
lan  
ef.

Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e de São Paulo, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;

- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo primeiro, Alínea "b", da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;



Handwritten signatures and initials, including the number - 39 -.

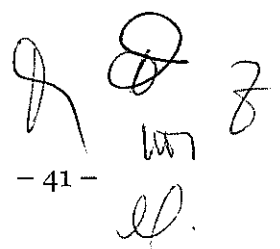
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração e outros pagamentos, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuados no período;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. Cada relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; (d) na CETIP; e (e) nas dependências do Coordenador (e/ou do Coordenador Líder e demais Coordenadores), conforme indicado pelo Coordenador (e/ou do Coordenador Líder e demais Coordenadores);
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;





- (xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus respectivos endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Escriurador e/ou à CETIP;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar os titulares das Debêntures – se possível individualmente – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável;
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (xviii) acompanhar, calcular e apurar índices e/ou limites – quer sejam financeiros, quer de outra natureza, conforme o caso –, na periodicidade prevista e conforme previsto nesta Escritura;
- (xix) verificar a regularidade da constituição da garantia real e da garantia fidejussória referidas no item 4.5 acima, e a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade; e
- (xx) intimar a Companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

6.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

  
- 41 -



- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos de Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (ii) e (iii) acima se, convocada qualquer AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de Debêntures então em circulação, bastando, porém: (a) a deliberação por titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (i) acima; e (b) a deliberação por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures então em circulação presentes à respectiva AGD, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (iv) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures então em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la,



*[Handwritten signatures and initials]*

sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.

6.8.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGD especialmente convocada para tal fim, nos termos desta Escritura.

6.8.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9 da ICVM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCEPAR.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.



Handwritten signatures and initials, including a large 'Z' and 'LW'.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

**CLÁUSULA VII**  
**ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do Artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures então em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem a totalidade dos titulares das Debêntures em circulação.



*[Handwritten signatures and initials]*

AGD  
tures  
e, em  
ito a



suas respectivas Afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

### **CLÁUSULA VIII**

#### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR**

8.1. A Emissora declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação



Handwritten signature and initials, including the number -46- and the date 10/7.

de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Afiliadas, exceto pelas garantias indicadas na Cláusula 4.5 acima;

- (v) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora; e
- (vi) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora.

8.2. O Garantidor declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) está ciente e aceita todos os termos e condições constantes da presente Escritura e dos demais Documentos das Garantias;
- (ii) não se encontra em situação de insolvência e não se encontrará em situação de insolvência em razão da formalização da presente Escritura; e
- (iii) firma a presente Escritura e outorga a garantia fidejussória (fiança) de que trata a Cláusula 4.5 acima, nos termos das disposições legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA IX** **NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:



*[Handwritten signatures and initials]*

(i) se para a Emissora:

**OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC,  
CEP 81.350-000, Curitiba – PR

Tel.: (41)3239.7052  
Fax: (41) 3239 7077  
At: Eduardo Takahara  
Karlis J. Krukalis  
Email: eduardo.takahara@ouroverdetl.com.br  
karlis@ouroverdetl.com.br

(ii) se para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE**

**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi  
CEP 04538-132, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2172-2613  
Fax: (11) 3014-6113  
At: Viviane Rodrigues  
Tatiana Lima  
Email: vrodrigues@plannercorretora.com.br  
tlima@plannercorretora.com.br

(iii) se para o Banco Escriturador:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar  
CEP 06029-900, Osasco – SP

Tel.: (11)3864 7911  
Fax: (11)3684 2852  
At: João Batista de Souza  
Fabio da Cruz Tomo  
Email: 4010.jbsouza@bradesco.com.br  
4010.custodiarf@bradesco.com.br  
4010.tomo@bradesco.com.br



*Handwritten signatures and initials:*  
- 48 -  
ep. J



- (iv) se para a CETIP:

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001, São Paulo – SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

Av. República do Chile, 230, 11º andar,  
CEP 20031-170, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

- (v) se para o Coordenador:

**HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar,  
CEP 01451-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 3847-5078

Fax: (11) 3847-9818

At: Antonio Marques de Oliveira Neto

Email: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

- (vi) se para o Garantidor:

**CELSO ANTONIO FRARE**

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC,  
CEP 81.350-000, Curitiba – PR

Tel.: (41)3239 7008

Fax: (41)3239 7077

At: Celso Antonio Frare  
Karlís Jonatan Krukliś



*[Handwritten signatures]*

Eduardo Hidemi Takahara  
Email: eduardo.takahara@ouroverdetl.com.br  
karlis@ouroverdetl.com.br  
celso@ouroverdetl.com.br

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

## **CLÁUSULA X**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora, o Garantidor e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2 Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em



pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutível, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3 Renúncia: o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.3.1 A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

10.4 Irrevogabilidade: a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e o Garantidor por si e seus sucessores a qualquer título.

10.5 Acordo Integral: esta Escritura de Emissão e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou contidos nos Documentos das Garantias. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e quaisquer dos Debenturistas, o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.

10.6 Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de



*[Handwritten signatures and initials]*

Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pelo Código de Processo Civil e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os Artigos 461, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

10.7. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

#### CLÁUSULA XI

##### FORO

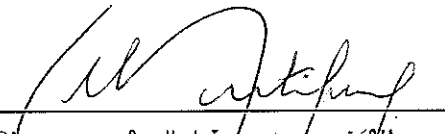
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 18 de agosto de 2010

#### **OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**


  
\_\_\_\_\_  
Nome: Ouro Verde Transporte e Locação S/A.  
Cargo: Karlis Jonatan Kruklis  
Diretor Superintendente

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Ouro Verde Transporte e Locação S/A.  
Cargo: CELSO ANTONIO FRARE  
PRESIDENTE  
CPF/027.396.159-49



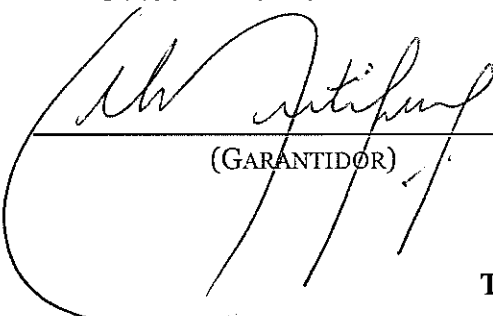
(Continuação da página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., firmada em 18 de agosto de 2010)

**PLANNER TRUSTEE**  
**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Nome: **Flávio D. Aguetoni**  
Cargo: **Procurador**

  
Nome: **Viviane Rodrigues**  
Cargo: **Directora**

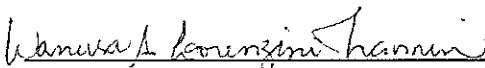
**CELSO ANTONIO FRARE**

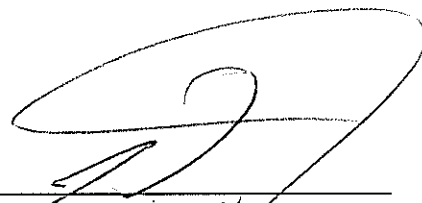
  
(GARANTIDOR)

**LIA NARA QUEIROZ FRARE**

  
(CÔNJUGE ANUENTE)

**TESTEMUNHAS**

  
Nome: **WANUSA ATHAYDE LORENZINI TRANNIN**  
RG: **1681.745**  
CPF: **087.720.247-80**

  
Nome: **ELMARCO M. AZEITEIRO**  
RG: **5.766.345-4**  
CPF: **016416749-89**

